

1 Introdução

Tenho notado que os usuários do português brasileiro têm dificuldades com a sintaxe dos verbos *haver* e *existir*. A percepção dessas dificuldades decorre da constatação em redações escolares¹ e na língua oral de que as fronteiras gramaticais entre esses verbos geram dúvidas na mente do falante, principalmente, quanto à flexão verbal, quando a eles se segue um sintagma nominal (SN) no plural. As complicações não são identificáveis apenas em pessoas sem escolaridade: frequentemente presencio pessoas, com nível superior, com nível médio completo, ou quase terminando o Ensino Médio tendo dificuldades no uso desses verbos. Acredito que isso acontece devido à proximidade semântica entre eles e às regras impostas pela gramática normativa.

Utilizarei como base teórica desta pesquisa o *funcionalismo* porque pretendo considerar a língua em uso, contextualizada, como algo realmente vivo, a fim de verificar o que pode interferir no desempenho linguístico do falante do português provocando as dúvidas no uso de *haver* e *existir* e, neste sentido, as questões semântico-pragmáticas serão de suma importância. O foco do trabalho é estudar o cruzamento entre *haver* e *existir*, mas como o verbo *ter* historicamente traz semelhanças com *haver*, além de ser bastante utilizado atualmente em frases existenciais, farei considerações a seu respeito no decorrer da pesquisa.

A proximidade semântica entre *haver* e *existir*, quando *haver* é existencial, e a diferença de tratamento dado pela gramática tradicional à sintaxe desses verbos em predicados existenciais apresenta-se como um dos pontos-chave para este trabalho. Os estudos tradicionais, considerando os aspectos históricos envolvidos na constituição sintática do verbo *haver*, só acompanha sua evolução até o momento em que ele perde o sentido de posse e passa a ser empregado em sequências verbais, no que hoje conhecemos como tempos compostos do português. Entretanto, como *haver* não exprime mais posse atualmente, um aspecto parece não ter ficado esclarecido: quando indicativo de posse, o verbo *haver* tinha sujeito e objeto direto, sendo transitivo direto, com complemento interno; mas ao perder o sentido de posse, a “coisa” possuída, que era o complemento interno, em outras palavras, o objeto direto, passa a não existir mais;

¹ Anexo 3

sendo assim, como ainda afirmar que esse verbo é, na nomenclatura tradicional, transitivo direto? Nas construções atuais com verbo *haver*, a gramática considera o impessoal, sendo a oração *sem sujeito*, e o sintagma nominal que lhe segue é chamado de objeto direto. Eis aqui o cerne do problema.

Consideremos as seguintes frases:

Há muita gente na sala.

Existe muita gente na sala.

Nas frases acima temos verbos sinônimos, o SN *muita gente* preenche o mesmo espaço, e as frases têm o mesmo conteúdo expresso. A teoria tradicional não hesita em afirmar que em *Existe muita gente na sala* o sintagma nominal é *sujeito*. A mesma teoria, entretanto, ao aceitar a construção sinônima com o verbo *haver*, não modifica a visão de análise devido ao conteúdo que ele expressava em fases remotas do português e no latim. Como era indicativo de posse no português trecentista e quatrocentista, além de ter sujeito, o “possuidor”, tinha objeto direto, a “coisa possuída”. No latim, tinha-se para indicar posse o verbo *habere* (*haver*), enquanto *tenere* (*ter*) tinha a acepção de “segurar”, “manter”, “guardar”. De qualquer modo, as construções com esses verbos tinham sujeito e objeto. Além da indicação de posse do período arcaico, esses verbos passam a ser usados ainda nesse período em sequências verbais, seguidos de particípio passado. Segundo **Rosa Virgínia Mattos e Silva** (1995), *ter* e *haver* estavam em franca variação nesse tipo de construção nos séculos XIV e XV. No século XIV, o verbo *haver* ainda era transitivo, como se pode comprovar em frases em que ele concorda com o particípio passado (PP):

*Os serviços que avian feitos a seu padre.*²

Outro dado importante levantado pela autora é que o verbo *haver* era o verbo generalizado nas estruturas de posse na 1ª fase do português arcaico; porém, na segunda metade do século XV, acontece o seu recesso, ficando a expressão de posse por conta do verbo *ter*. Isso evidencia que o verbo *haver* não precisa mais do complemento direto, visto que seu significado foi esvaziado.

Silva relata a maneira como aconteceu a passagem de *haver* indicativo de posse para verbo existencial, ao mesmo tempo em que *ter* assume a expressão de posse (1995, p. 308), com base nos dados de suas pesquisas no português arcaico:

² Id., *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, 2006, p. 140.

Grandgent, no seu trabalho clássico sobre o latim vulgar (1952: 27-28), documenta já nos séculos IV e V o emprego de *habere*, não etimológico, como verbo existencial, conteúdo que no latim clássico só era expresso por *esse*.

Diante desse dado histórico, a mudança semântica de *habere* de verbo de posse para verbo de existência já nos séculos IV e V, portanto no latim do Império, se coloca, sem dúvida, como condição fundamental que permitiu o avanço de *tenere* para expressar qualquer tipo de posse, afastando daí *habere*, verbo típico da expressão de posse em sincronia anterior do latim.

Note-se que, já no século XIV, basta observar-se a documentação dos *DSG*, *ser* existencial (*esse* é o verbo existencial original no latim) está em franco recesso em proveito de *haver*. Conseqüentemente, se justifica que em sincronia posterior, confirmada pelos dados da 2ª metade do século XV, *haver*, em estrutura de posse, está em franco recesso em proveito de *ter* (...)

Bomfim (no prelo) estuda combinações com *ter/haver* + particípio passado em textos situados no século XVII, dentro da fase moderna do português, de acordo com a periodização proposta por Evanildo Bechara³. De acordo com a autora, a concordância do particípio passado com o objeto direto decai progressivamente entre a 2ª metade do séc. XVI e o final do séc. XVII, sendo um dos fenômenos balizadores da fase moderna do português. Do séc. XIII à primeira metade do séc. XVI, o particípio passado concorda com o complemento e tem valor adjetivo. Na fase moderna, ele tem valor verbal e *ter* e *haver* estão semanticamente esvaziados. Bomfim esclarece esse assunto estabelecendo um paralelo da língua atual com o português arcaico: “... na língua atual, nesse tipo de combinação, as formas [v + do] precedidas dos auxiliares **ter** ou **haver** são verbais. Já no português arcaico são predominantemente não-verbais e **ter/haver** não são auxiliares.” É a partir do séc. XVIII que verdadeiramente esses verbos perdem o conteúdo de posse e, esvaziados semanticamente, passam a funcionar como auxiliares. Houve, portanto, um processo de gramaticalização em que se dão a perda semântica de *ter* e *haver* e a mudança de função: de verbos nocionais a auxiliares.

Silva (2006, p.148 e 149) escreve sobre os predicados existenciais no português arcaico. A autora chama-os de impessoais e afirma que não selecionam sujeito. São expressos pelos verbos existenciais *haver* e *ser*, por *fazer* com sintagma nominal indicando tempo ou fenômenos naturais, ou por verbos designando fenômenos naturais. Nota-se que os predicados existenciais para a autora englobam quase tudo o que a gramática tradicional reconhece hoje como

³ BECHARA, Evanildo. *As fases históricas da língua portuguesa*. Tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da UFF. Niterói, 1985.

orações sem sujeito, exceto a construção com verbo *ser*, que no português atual já não é empregado em predicados existenciais. Fato interessante é que desde esse período o verbo *haver* só aparece na 3ª pessoa do singular, ainda que o termo subsequente esteja no plural, como se vê nos exemplos a seguir (*Ibid.*, p. 149):

Quem hi ha tam acabado que todo perfeitamente diga e faça?

Non ha ainda quareenta anos.

Ha quareenta anos depois que se ordíou.

A mesma autora também se refere ao verbo *existir* afirmando que seu uso hoje é corrente como predicado existencial; porém, deixa indícios de que ele não era usado no português arcaico. Acontece com ele fato semelhante ao que aconteceu com o verbo *haver* em relação a *ser* (*Ibid.*, p. 149):

Tal como *ser* deixou de ser comum nessas estruturas no período arcaico, em favor de *haver*, que, de acordo com sua etimologia é também nesse período verbo próprio às estruturas possessivas, *existir* e mais recentemente *ter* vêm afastando *haver* das estruturas existenciais (cf. *há* muita gente pobre/ *existe* muita gente pobre/ *tem* muita gente pobre).

O português é uma língua de estrutura SVO, ou seja, a ordem normal de uma frase em língua portuguesa é Sujeito/ Verbo/ Objeto. Isso é o que denominamos *ordem direta*, ou padrão frasal do português. **Souza e Silva & Koch** (2002) trabalham dois pontos muito importantes para meu estudo: 1) os princípios de organização da estrutura frasal do português; 2) a noção de sintagma; e observam os elementos aptos a compor a proposição das frases em português através do procedimento da *comutação*, “cujas tarefas básicas são: a) *segmentação* – determinar os subconjuntos em que pode ser decomposta a proposição; b) *substituição* – verificar quais desses subconjuntos exercem a mesma função.” (p. 13 e 14) Ao usar o procedimento da comutação, as autoras discorrem sobre os constituintes oracionais, os sintagmas, estabelecendo como obrigatórios o *sintagma nominal* (SN) e o *sintagma verbal* (SV). Eis alguns exemplos dados pelas autoras (p.14):

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pedro | { | está diante da vitrine de uma joalheria deteve vários suspeitos do furto adormeceu sonha ansiosamente com o dia de Natal levará a encomenda | } |
| { Pedro O policial A criancinha doente | } | está diante da vitrine de uma joalheria | |

Meu filho
 Você

Com os exemplos acima, as autoras demonstram que os sintagmas possuem elementos fundamentais que determinarão as funções sintáticas. No 1º conjunto, o SN *Pedro* funciona como sujeito, e todos os elementos do subconjunto entre chaves, que são SVs, desempenham a função de predicado. No 2º conjunto, aparecem entre chaves cinco SNs desempenhando a função de sujeito, enquanto o SV *está diante da vitrine de uma joalheria* funciona como predicado. Daí a afirmação de que a natureza do SN é ter um nome ou palavra com valor nominal como elemento mais importante (núcleo) e a natureza do SV é ter como núcleo o verbo.

Para os interesses desta pesquisa, é preciso voltar o olhar principalmente para o sintagma verbal, pois é ele que ocupa o centro da sintaxe, segundo o pressuposto funcionalista. Além disso, é importante verificar os elementos que compõem sua estrutura para contrapor alguns aspectos envolvidos na sintaxe de *haver* e *existir*. O SV pode apresentar várias configurações, mas duas serão o foco, em especial: 1) o SV pode possuir somente o núcleo, que é o verbo, como na frase: “A criancinha doente *adormeceu*.” (Souza e Silva & Koch, p. 23), em que o verbo dispensa complemento interno e é considerado pela teoria tradicional como *intransitivo*; 2) o SV pode ser constituído de verbo acompanhado de um ou mais elementos, como na oração: “O garoto chupou *as balas* (duas balas, balas de aniz, etc).” (*Ibid.*, p. 24), onde a estrutura do SV é formada por um verbo que exige complemento interno, pois “quem chupa, chupa alguma coisa”, e por um SN que funciona como esse complemento, numa formação considerada pelos estudos tradicionais como tendo verbo *transitivo direto*. Esclarecedora posição acerca do funcionamento dos sintagmas é dada pelas autoras no trecho a seguir (*Ibid.*, p. 29):

Considerando a descrição de todos os sintagmas (...) percebe-se que apenas o SV desempenha sempre a mesma função na oração, a de *predicado*; os demais podem exercer funções variadas, dependendo do nóculo ao qual se encontram ligados. Assim, em (42)⁴, há dois SNs, o primeiro (*o foragido*) exercendo a função de *sujeito* porque se apresenta como uma primeira divisão da oração, e o segundo (*a fronteira*) funcionando como *objeto direto*, porque é uma ramificação do SV. Portanto, o mesmo tipo de sintagma pode aparecer em várias posições, como subdivisão de outros sintagmas, passando a exercer funções diferentes. (...)

⁴ O foragido *atravessou a fronteira muito lentamente*.

Tal abordagem simplifica a descrição ao considerar-se, por exemplo, *sujeito*, o SN à esquerda do SV e *objeto direto*, o SN à direita do V dentro do SV, dispensando as definições clássicas da gramática tradicional nem sempre esclarecedoras.

Diante do exposto, tenho um ponto inicial para o desenvolvimento da pesquisa: as estruturas que têm os verbos *haver* e *existir* como núcleos assemelham-se no tocante à ordem dos sintagmas, pois nelas a ordem normal é V + SN, e à sinonímia, mas diferenciam-se sintaticamente, de acordo com os pressupostos *formalistas* da teoria tradicional. Meu intuito é trabalhar com uma nova proposta de análise, procurando entender o que motiva o desempenho dos falantes em português brasileiro no uso de construções com esses verbos, tendo como ponto de partida a língua em uso. A análise da língua em uso é uma questão importante porque nem sempre o desempenho do usuário está em conformidade com o que é ditado pela gramática normativa.

O ensino de língua portuguesa valoriza intensamente a utilização de conceitos e a nomenclatura, mas nem sempre os usuários os têm internalizados ou lançam mão deles conscientemente ao produzir textos. Essa valorização acontece porque os professores são levados e treinados a ensinar gramática como sendo efetivamente ensinar língua. Se o ensino de português tivesse como princípio o desempenho linguístico talvez a realidade fosse diferente. Outro fator que é determinante quando se trata de ensino de língua é o fator social presente nas questões que envolvem o que se considera “certo” ou “errado”: o fato de o “erro” ser tachado como ignorância, como algo que exclui de um ambiente cultural “mais elevado” provoca muitas confusões na cabeça dos usuários e atrapalha em muitos momentos a naturalidade da linguagem.

Conceitos como *termo essencial da oração*, *verbo intransitivo*, *verbo transitivo*, *complementos verbais*, *orações sem sujeito*, *verbo impessoal* não são muito esclarecedores à luz da teoria tradicional e favorecem análises incoerentes em muitos momentos, além de nada contribuírem para o real desempenho dos falantes; entretanto, para o desenvolvimento deste trabalho, eles se fazem necessários. Procurarei então contrapor as noções da gramática tradicional às noções da gramática de valências, que propõe análises baseadas em possibilidades reais de ocorrência de termos como o sujeito e o objeto direto de acordo com as exigências do centro da frase, o *verbo*, no uso efetivo. Daí então a necessidade de questionar a validade das definições envolvendo as construções sinônimas com

predicados existenciais centrados nos verbos *existir* e *haver*. Além disso, há ainda um fator importante a se considerar: a possibilidade de *cliticização* do pronome pessoal com os verbos chamados transitivos diretos pela gramática, como se verifica no ditado espanhol traduzido para o português da seguinte maneira: “Não acredito em bruxas, mas que *as* há, há”. Esse parece o único registro em que é possível verificar a cliticização, não tenho conhecimento de outros registros desse fenômeno no português brasileiro.

Minha proposta para este trabalho é questionar a abordagem gramatical baseada no *formalismo*, frente aos estudos *funcionalistas* da linguagem; para isso será necessário confrontar os conceitos implicados numa e noutra tendência. Primeiramente, apresento a motivação para meus questionamentos e um breve histórico das acepções de *haver* e *ter*, em relação à evolução semântica que levou aquele a ser considerado hoje como verbo *impessoal* em predicados existenciais. Depois introduzirei a linha teórica funcionalista e seus benefícios para a análise de termos na oração, enfatizando a gramática de valências. Em seguida, apresentarei as concepções de sujeito e de objeto direto contrapondo a teoria tradicional e a teoria de valências e as relações com a sintaxe de *existir* e *haver*. Os passos desta pesquisa, portanto, são os seguintes:

Como já citei antes, os motivos que me levaram a este estudo surgiram da observação do contraste entre o desempenho linguístico e a norma proposta pela gramática; essa observação aconteceu na minha prática docente, em sala de aula, e no cotidiano, envolvendo família, amigos e as diversas relações sociais. Além de tais motivações, alguns pontos teóricos já foram trabalhados neste primeiro capítulo.

Apresento o conjunto teórico funcionalista, a gramática de valências e o que se entende por restrições de seleção efetuadas pelo verbo no capítulo II da pesquisa. A teoria apresentada pelo *funcionalismo* é de suma importância por privilegiar o uso linguístico, foco do meu trabalho.

Nos capítulos III e IV trabalho as definições de sujeito e objeto direto, respectivamente, fazendo a crítica das definições tradicionais e verificando os pontos positivos da gramática de valências. Nos dois capítulos há um contraponto envolvendo essas noções de acordo com os dois conjuntos teóricos confrontados: o *formalismo* e o *funcionalismo*.

O capítulo V traz considerações da teoria tradicional a respeito da sintaxe de *haver* e *existir*, com base no que se encontra resumido em Cunha & Cintra (2007) e Bechara (2000). Os dois compêndios de gramática desses autores resumem o pensamento comum da gramática tradicional a respeito do uso desses verbos. Nesse capítulo utilizo somente a teoria tradicional porque é dentro dos seus pressupostos que encontro o que considero o fulcro do problema que investigo.

Procedo à análise de dados colhidos em jornais, questionários e redações escolares no capítulo VI, com o propósito de verificar as dificuldades envolvidas na sintaxe de *haver* e *existir*, acrescentando considerações sobre o verbo *ter*. Nesse capítulo faço também considerações contrapondo as teorias confrontadas na pesquisa.

Minhas conclusões são expostas no capítulo VII, a partir das constatações obtidas na análise de dados, indo ao encontro dos questionamentos iniciais que me motivaram a desenvolver esta dissertação.